

O Aparelho Coercitivo da Ordem

Josair Telles dos Santos*

Faculdade 2 de Julho Salvador- Bahia

Índice

1. Introdução	1
2. A Máquina Ideológica do Estado	2
3. A Violência Noticiada	4
4. Bibliografia	7

Resumo

No Brasil contemporâneo cada vez mais se agrava a crise no setor da segurança pública. O fenômeno da violência tem sido objeto de atenção dos mais variados atores sociais. É a partir desse quadro que se coloca com dramaticidade a atuação das Polícias, afinal de contas, trata-se de um instrumento legal que deve exercer, em nome do Estado e da sociedade, a função de controlar e reprimir a criminalidade. Este trabalho tem por objetivo contribuir para um debate sobre a gestão da segurança pública no país, avaliando a relação entre Polícia e sociedade, tomando como estudo de caso a atuação desses agentes nos bairros periféricos de Salvador - a terceira maior cidade do Brasil, e a cidade do mundo que concentra o maior número de negros fora do conti-

nente africano - através de algumas matérias publicadas na editoria de Polícia do jornal *A Tarde*, o maior periódico do estado da Bahia. A justificativa deste trabalho se fundamenta na necessidade de compreender as formas de atuação das forças repressivas nessas localidades, e evidenciar para quem são direcionadas as ações policiais, que vitimam os segmentos menos favorecidos.

1. Introdução

Nem mesmo a Constituição Federal de 1988 conseguiu estabelecer um Estado democrático no Brasil, pois até hoje os preceitos básicos que dão a todos os cidadãos o direito à vida, liberdade, segurança e igualdade são violados rotineiramente por aqueles que na teoria e na prática deveriam ser responsáveis por garantir o bom funcionamento da dita democracia. As violações dos direitos humanos afetam a população como um todo, porém ocorrem desproporcionalmente contra a população mais pobre, majoritariamente constituída por afrodescendentes, especificamente aquelas que são oriundas dos bairros considerados “periféricos”, dos grandes centros urbanos.

Corroborando para esta perspectiva analítica, podemos citar vários exemplos, desde a ação das Polícias de São Paulo,

*Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, pela Faculdade 2 de Julho.

que se congregam para formar grupos de extermínio, os quais decapitam deficientes mentais, chegando a Polícia Militar do Estado da Bahia e suas subdivisões (Rondesp, Batalhão de Choque, Rotamo e Cias Independentes), as quais são responsáveis – de acordo com levantamento realizado pelo jornal *A Tarde*, por 134 mortes ocorridas na capital baiana só nos sete meses de 2009, não se esquecendo da Polícia Civil que contribuiu significativamente para esses números. A justificativa apresentada por esmos nos autos de resistência são: reação a abordagem policial ou alegados confrontos.

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2008, o Brasil tem uma das maiores taxas de homicídios do mundo, com mais de 48 mil pessoas mortas por ano. O documento mostra, ainda, que as execuções extrajudiciais no país acontecem com assustadora frequência em várias partes e são normalmente realizadas por policiais em serviço ou de folga, esquadrão da morte, milícias, assassinos de aluguel e por detentos em prisões.

Este fenômeno não é novo. A violência do Estado contra a população de mais baixo estrato socioeconômico - constituída majoritariamente por negros e afrodescendentes -, não é uma prerrogativa da contemporaneidade. Esse processo se inicia com o genocídio dos nativos - desde a ação dos bandeirantes que saqueavam aldeias em busca de ouro, matando mulheres e crianças e os escravizando -, passando aos capitães do mato, que sequestravam os africanos que fugiam das fazendas em busca da liberdade. Em sua maioria, os alvos para as arbitrariedades das polícias e do Estado são pertencentes ao segmento supracitado.

A violência atual praticada pelos agentes

do Estado assume uma forma mais intensa em determinadas áreas, em virtude do recorte que é dado à violência, como sendo inerente a essas áreas e, conseqüentemente, às pessoas delas oriundas sejam naturalmente violentas. Assim, o policial quando ingressa nas favelas, se reveste de uma identidade violenta, agregando ao seu conceito o estereotipo perfeito do marginal.

Este trabalho não objetiva “crucificar” as instituições, nem policiais individualmente, mas situar o quadro da violência praticada por estes, na terceira maior cidade do Brasil, tomando como parâmetro algumas ocorrências registradas no jornal *A Tarde* do mês de março de 2009.

A discussão aqui proposta, evidentemente é muito mais profunda. Mas, ao trazer à tona esse debate a partir da realidade da capital baiana, cidade onde se concentra o maior contingente de negros e mestiços fora do continente africano, representando, portanto, um referencial para o tratamento dispensado a esse segmento étnico no Brasil; o objetivo é colaborar com a discussão acerca da necessidade de o Estado brasileiro rever suas políticas públicas, dentre elas a da Segurança Pública, a fim de reparar danos que historicamente vem causando a segmentos significativos da sociedade.

2. A Máquina Ideológica do Estado

Por um longo período, aquele que detém o monopólio legal da violência, isto é, o Estado consolidou inúmeros discursos moralistas em favor da obtenção da “dita ordem”, o que de certa forma favorecia em termos políticos, econômicos e ideológicos, a esta-

bilidade do poder de uma única etnia. Os mecanismos são diversos, os quais têm por finalidade subordinar e controlar a agressividade dos indivíduos, desde a educação, transitando pelas regras morais e jurídicas chegando à violência extrema, cuja finalidade é punir aqueles que fogem dos padrões estabelecidos socialmente.

Conforme Verbena Córdula (2008), os discursos historicamente construídos, carregados de ideologia, fazem com que a realidade seja vista de outra maneira, de acordo com os interesses dos setores hegemônicos, distorcendo a realidade, dando-lhe uma “roupagem” a partir da qual se dificulte a tomada de consciência de si por parte daqueles que assimilam tais ideologias, comprometendo o sentimento de identidade individual.

Atos violentos, sobretudo vitimando os segmentos sociais menos privilegiados do ponto de vista sócio-econômico, a maneira como os discursos – principalmente os midiáticos – são construídos “faz-nos” direcionar nossas atenções e comoções para um fato isolado, em detrimento de um conjunto de fatos correntes na realidade do País e que compromete a estabilidade social (CÓRDULA, 2008).

Isto se configura em uma espécie de propaganda ideológica, uma vez que a sociedade, de posse dessas informações, tende a assimilar que a violência é inerente a essas áreas e, contribuindo significativamente para o processo de marginalização de seus moradores. Para Michaud (*apud* ADORNO, 2002), a exposição à violência, da forma como é elaborada nas representações produzidas pela mídia, tem como uma

de suas principais consequências transformarem essa mesma violência em algo irreal, simulacral, espectro da realidade.

De acordo com Nelson Jahr Garcia (1999):

A forma mais utilizada na elaboração das ideologias é a universalização. As ideias, que na realidade se referem aos interesses particulares de uma classe ou grupo, são apresentadas como propostas que visam atender a todos e satisfazer às necessidades da maioria [...] A elaboração também tem sido feita por transferência, em que os interesses contidos na ideologia são transferidos e atribuídos diretamente aos receptores.

Garcia ratifica que essa propaganda ideológica desenvolve um controle que compreende todas as formas manipulatórias para o domínio de determinados grupos e indivíduos, objetivando o não-entendimento da realidade e, assim, fiquem impedidos de decodificar a realidade imagética que os circunda. Os indivíduos e grupos só podem adquirir consciência de suas reais condições de vida por duas vias: a observação direta do meio em que vivem ou através das informações obtidas de outros, seja pessoalmente, ou pelos meios de comunicação. Daí o controle ideológico se realizar sob o meio e as pessoas, e a banalização da violência se desenvolvem.

Como bem afirma Foucault em *A Ordem do Discurso*, é impossível qualquer instituição se sustentar se não estiver, ao mesmo tempo, acompanhada por uma produção de discurso dotado de linguagem favorável, permanentemente, para que a instituições possam fazer sentido e continuar a produzir poder.

Corroborando ainda com essa análise, em *Vigiar e Punir* (2004, p 118), o filósofo francês afirma que a disciplina é o mecanismo disseminado pelo Estado na fabricação de corpos submissos e exercitado, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo em termos econômicos de utilidade e diminui essas mesmas forças em termos políticos de obediência. Esta afirmação pode ser aplicada para uma reflexão acerca dos discursos propagados em relação à violência, para os quais a única alternativa diante deste impasse é a aplicação de normas de controle social para manutenção da “ordem”.

Então, eis o motivo primordial da presença contínua das polícias as comunidades dos marginalizados. A finalidade é induzir um estado de vigilância permanente, na qual assegure uma visibilidade maior, assim garantirá o funcionamento automático do poder do Estado. O objetivo é a durabilidade em seus efeitos, (sentir-se vigiado em todos os momentos), mesmo sendo descontínua em suas ações, a perfeição do poder é tornar inútil a atualidade de seus exercícios (desvirtuamento). Em suma, que essa mecânica seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce.

3. A Violência Noticiada

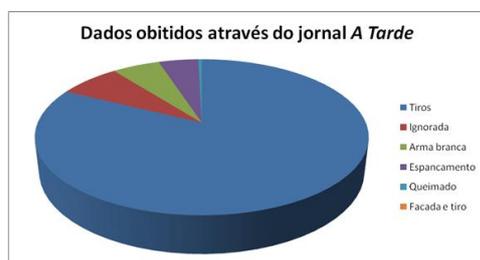
Uma das questões que emergem constantemente nos meios de comunicação é a representação generalizada em relação à violência existente no País. A mídia oferece um “banquete” de informações que, na maioria dos casos, conscientes ou não, os indivíduos guardam e, a depender do assunto, incluem em suas preocupações diárias.

A sociedade sofre uma verdadeira “avalanche informacional” que leva à formação de opiniões sobre determinados fatos. Essas informações são carregadas de discursos ideológicos, capazes de forjar a realidade social na medida em que definem o modo de pensar e agir de um determinado grupo da sociedade (TELLES, 2008).

Muniz Sodré (2006, p 75) afirma que os meios de comunicação de massa assumem uma aparência de “máquinas de informação”, no entanto, são de fato máquinas integradoras e simulatórias (construtora de uma realidade), exigidas pela nova ordem social. As *mass media* tendem a construir uma esfera autônoma, quer dizer, embora sejam financiadas por organizações econômicas ou industriais, elas não se apresentam como porta-vozes imediatos da ordem econômica, legitimada pela suposta função de “ligar” os indivíduos por meios da difusão de informações, com um hipotético fundo comum.

Na edição do dia 30/3/2009, o jornal *A Tarde* traz os seguintes dados: “452 pessoas foram assassinadas em 85 dias na Capital e RMS”. Este levantamento foi computado pelo periódico e mostra que a maioria das vítimas é pertencente ao segmento supracitado (jovens negros e moradores de comunidades carentes). Ainda conforme o jornal, de 1º de janeiro a 26 de março de 2009, em Salvador e Região Metropolitana, o aumento foi de 3,19% em relação ao mesmo período de 2008. “Do total de homicídios, 82.1% (371) foram cometidas com armas de fogo. Não foram incluídos os autos de resistência, o que elevaria os mortos para 524”.

Com base no gráfico, as mortes por armas de fogo representam mais de 80% do



total de óbitos por atos violentos, o que faz de Salvador uma cidade do Brasil com um dos maiores índices de violência, superando o Rio de Janeiro. De acordo com o Mapa da Violência dos Municípios brasileiros, do ano de 2008, entre 1996 e 2006 o número total de homicídios registrados pelo SIM passou de 38.888 para 46.660 representando um incremento de 20%, superior ao crescimento populacional, que foi de 16,3% nesse mesmo período.

Ultimamente, aparecem na mídia, com bastante frequência, crimes e abusos de poder cometidos por policiais militares e civis que, ao invés de trabalharem para garantir a segurança pública, têm causado medo e receio nas comunidades carentes. A forma de atuação das polícias, especificamente a Militar, só se mantém firme devido ao “apoio surdo” da sociedade, que se manifestam somente quando a violência policial chega aos seus lares.

Um dos vários exemplos que fundamentam este trabalho é o fato noticiado pelo jornal *A Tarde* do dia 5/3/2009, cuja matéria é intitulada “Cinco suspeitos mortos após execução de policial federal”. As vítimas eram moradoras da comunidade Nova Divineia, bairro do IAPI (periferia de Salvador) e foram assassinadas uma hora depois de o policial federal Leonardo Maia Fonseca, 30 anos, ter sido assassinado por suspeitos de

uma suposta quadrilha de traficantes de drogas. A morte do agente levou um aparato de 120 policiais civis, militares e federais a efetuar incursões pela região em busca dos homicidas.

Um dos pontos levantados pelo relatório da ONU (2008), é que os policiais podem atirar para matar apenas quando ficar claro que alguém está prestes a matar outra pessoa (de modo que a força letal seja proporcional) e quando não existir nenhum outro meio possível de deter essa pessoa (de modo que a força letal seja necessária). Neste caso, fica evidente que o extermínio desses jovens demonstra a ação de “limpeza” social e racial desenvolvida pelos policiais. Executar sumariamente supostos criminosos subverte um dos pilares do Estado democrático, que é o respeito ao princípio do devido processo legal, e de ampla defesa.

Uma semana depois das mortes, a edição do dia 11/3/2009 volta a retratar o mesmo assunto, desta vez com o título “Preso suspeito de matar federal”. De acordo com o periódico, o único suspeito envolvido no assassinato do policial federal, Leonardo Maia Fonseca, que ainda estava em liberdade, havia sido preso. Risodalvo Hora Costa, conhecido como Riso, 18 anos, retornou à comunidade onde aconteceu o crime para pegar pertences e fugir. Policiais federais receberam a informação de que Riso estava na Nova Divineia, e com isso, pediram reforço e efetuaram a prisão.

Julita Lemgruber (2003) assinala que a falta de preparo e de eficácia, chegando ao abuso de poder, violência (com alta letalidade) e corrupção policial é presente em todos os segmentos sociais; no entanto, de acordo com ela, o medo que a população negra sente em relação à polícia é maior do que

entre as brancas, e que as práticas arbitrárias, violentas e racistas são elementos rotineiros nas ações policiais nesses locais.

O historiador Luís Mir (2004, p 231) afirma que as populações marginalizadas identificam com nitidez que o oponente não mudou em nossa história de longo suplício étnico social. Conforme ele, os grupos de extermínio são os sucessores dos esquadrões da morte do regime civil-militar, que foram engendrados dentro do ventre da máquina policial fascista do Estado Novo, que legitimara as polícias de controle e repressão social da Velha República, que adaptou e reciclou, quando possível, os capitães-do-mato e os jagunços do sistema escravocrata.

A mídia tende a retratar a insatisfação e o sentimento de impotência dos segmentos menos privilegiados do ponto de vista socioeconômico, quando a Polícia desenvolve o seu “trabalho” em determinadas localidades, sejam elas nos centros das cidades ou nos becos dos marginalizados. Os abusos são cometidos, em tese, para garantir uma eficaz prevenção dos crimes que infestam a sociedade. Na ideologia do Estado, a violência é inerente a determinadas áreas e, consequentemente, as pessoas delas oriundas são naturalmente violentas e, seguindo esta lógica de pensamento, “necessitam” um controle contínuo e militarizado.

Ainda de acordo com o relatório da (ONU), os dados são alarmantes e evidenciam que chegamos a um estado preocupante. A violência por parte daqueles que deveriam garantir a segurança e a vida da população assumem modalidades de criminalidade violenta, que se assemelham à ação dos antigos grupos de extermínio da ditadura civil-militar, tais como o Esquadrão da Morte e Escuderia Le Cocq, organiza-

ções criminosas surgidas no final da década de 1960, cujos integrantes eram membros do Poder Judiciário, políticos, policiais militares e civis, que eliminava supostos bandidos comuns, a maioria dessas facções foram mantidas por empresários da época.

Em Salvador, cuja população é de 2.948.733 milhões de habitantes – com 85% constituída por afrodescendentes -, as chances de um negro ser atingido por uma bala ou morto pela Polícia é 10 vezes maiores que a população branca. Os dados da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) da Bahia, do ano de 2008, demonstram que 80% da população carcerária do Estado da Bahia é composta por afrodescendentes e que essas pessoas seriam oriundas dos bairros periféricos. Como bem afirma Mir, não são exclusivamente os pobres que cometem crimes, mas são os alvos centrais do rigor das leis penais. Etnicamente, as prisões são um macrocosmo social e econômico da violência étnica, social e econômica.

Os homicídios são as principais causas de óbitos e as vítimas são pertencentes ao mesmo grupo étnico. Um motivo-chave da ineficácia do Estado e da Polícia para proteger os cidadãos é que muitas vezes os próprios policiais usam violência excessiva e contraproducente em serviço e participam daquilo que se assemelha ao crime organizado, quando não estão em serviço.

Essas atitudes delineiam a resposta do Estado à violência, que muitas vezes tem sido a de adotar policiamento agressivo, ao estilo militar, nas favelas baianas, ou então não tomar medidas sérias contra os policiais que matam suspeitos de serem criminosos ou outros cidadãos. Em muitas áreas, a própria Polícia é responsável pela insegurança e o

medo dos moradores, além de ser causadora de muitas mortes.

A Polícia continua atuando com sua segurança repressiva, praticando execuções sumárias de criminosos presumidos, tortura de suspeitos detidos para obter confissões ou castigos físicos os mais cruéis nas delegacias e penitenciárias.

Ainda de acordo com Luís Mir, os delinquentes são, em sua maioria, originários dos segmentos mais desprotegidos socialmente, em grande parte consequência da marginalização social. O historiador ressalta ainda que a Polícia que os persegue é tão humilde e pertencente ao mesmo estado social. A violência que suscita essa aliança é “espantosa”, de acordo com este estudioso. Para ele, o Estado, que não rompe esse consórcio extralegal, consegue manejar a violência policial e criminal em benefício próprio.

Logo, o Estado, com sua propaganda ideológica, consegue manipular uma parte considerável da sociedade, com seus discursos historicamente construídos e reforçados, fazendo muitos acreditarem que o uso da força, embasada pela alta letalidade contra determinados segmento étnicos, restaurará a “harmonia” desta mesma sociedade, e que ele (o Estado) está dando resposta, unicamente, a essa aspiração de guerra civil, e para isso, há uma atenção especial das forças policiais aos marginalizados.

4. Bibliografia

- ADORNO, Sergio. (2002) *Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea*. Jornal de Psicologia-PSI, n. Abril/Junho, p. 7-8.
- A TARDE, Jornal. Salvador. Sábado, 11/7/2009, ano 98.
- A TARDE, Jornal. Salvador. Quinta-feira, 5/3/2009, ano 98.
- A TARDE, Jornal. Salvador. Quarta-feira, 11/3/2009, ano 98.
- A TARDE, Jornal. Salvador. Segunda-feira, 30/3/2009, ano 98.
- BRASIL. (1988) *Constituição Federal*.
- CÓRDULA, Verbena. *Mídia reforça invisibilidade dos setores marginalizados*. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=482JDB006.
- FOUCAULT, Michel. (1996) *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. *Vigiar e Punir*. (2004) 24° Ed. Editora Vozes.
- GARCIA, Nelson Jarh. *Propaganda: Ideologia e Manipulação*. Disponível em: www.ebooksbrasil.org/eLibris/manipulacao.html.
- LEMGRUBER, Julita. MUSUMECI, Leonardo. CANO, Ignácio. (2003) *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da Polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Afiliada.
- MIR, Luís. (2004) *Guerra Civil – Estado e Trauma*. São Paulo: Geração editorial.
- EUA. Organização das Nações Unidas (ONU) *Relatório do Relator especial sobre as execuções extrajudiciais no Brasil*.

SANTOS, Hélio. (2001) *A busca de um caminho para o Brasil: A trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Editora SENAC.

SODRÉ, Muniz. (2006) *Sociedade, Mídia & Violência*. 2º Ed. Editora Sulina.

TELLES, Josair. *A representação das polícias nas comunidades carentes*. Disponível em: observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=496DAC003.